

OS MÚLTIPLOS TEMPOS NAS NARRATIVAS DA BÍBLIA MEDIEVAL PORTUGUESA

Autor: Roberto Godofredo Fabri Ferreira - Doutor em História Medieval, Professor adjunto da UFF e membro do *Scriptorium*, Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos da Universidade Federal Fluminense

O século XIV possui, reconhecidamente, uma posição de destaque nas mudanças mentais que caracterizam o fim da Idade Média ocidental, servindo de alicerce às grandes transformações que historicamente serão associadas e se constituirão nas principais marcas do Renascimento. As importantes inovações no campo tecnológico, no campo artístico, político, etc, possuem raízes históricas em um longo processo de mudanças que se solidificarão de modo expressivo no século XIV. Essa imensa quantidade de fenômenos, notadamente valorizados por uma coleção significativa de fontes preservadas, dá ao referido século, e ao que o sucede, um lugar privilegiado para a pesquisa histórica e fértil terreno a ser explorado.

A possibilidade de análise é inesgotável, seja na imensa diversidade temática, seja nas múltiplas características culturais que aproximam ou distanciam determinados grupos sociais, e, mesmo, nas infinitas formas de recortes espaciais. Nesse universo de possibilidades, um fator que desperta enorme atenção ao historiador, por ser uma de suas principais ferramentas de análise científica, e que está estreitamente ligada ao século XIV, é a questão da ordenação do tempo cronológico. Ou, se preferirmos, do tempo dos relógios.

Apesar da busca pelos sistemas marcadores do tempo possuir origens históricas nas principais culturas do Mundo Antigo, como nas civilizações mesopotâmicas, Egito, Grécia, etc, foi somente no fim da Idade Média que tais sistemas, principalmente os aparelhos medidores do tempo, passaram a ser inseridos de forma mais efetiva dentro do meio social. É, notadamente, a partir do século XIV, que esses aparelhos, representados pelos grandes relógios mecânicos urbanos, vão progressivamente ordenar e comandar as atividades cotidianas das cidades, tornando-se, nos séculos subseqüentes, o principal sistema de orientação da vida cidadina.

A Península Ibérica, sobretudo Portugal, vive essas mudanças de forma precoce e marcante. Os primeiros relógios urbanos chegaram ao reino português na segunda metade do século XIV, e já gozavam de grande prestígio e orgulho por parte da nobreza e do povo. O primeiro relógio mecânico comprovadamente instalado em Portugal foi colocado na torre da Catedral da Sé de Lisboa, ainda no reinado de D. Fernando, e data de 1377. O grande aparelho é adquirido por uma ação conjunta entre o cabido, a comuna e o rei.

A aquisição do relógio de Lisboa, apesar da ausência de documentos que demonstrem de forma mais clara sua influência mais direta na vida lisboeta, por ocasião de sua instalação, indica uma pista de inegável valor histórico: o interesse simultâneo dos três principais segmentos da sociedade portuguesa pela ordenação, controle e administração do tempo.

Oliveira Marques refere que o primeiro relógio português veio da França e foi montado em Portugal pelo “Mestre João Francês”, e cujos documentos do fim do século XIV e do século XV mencionam o seu papel no controle do tempo na cidade de Lisboa, sendo regulado para bater as horas civis. “O relógio, que não teria certamente, no começo, um mostrador, mas que dispunha de um sino de bronze (o sino da *colhença*, de *colher* ou de *correr*) ligado ao seu mecanismo, que funcionou durante cerca de dois séculos e meio.”¹

Os grandes relógios rapidamente se espalham pelas principais cidades e em alguns mosteiros lusitanos, indicando a importância que adquiriria o controle do tempo na vida do reino. Acompanhando essa mudança das atividades cotidianas a partir do controle do tempo, observamos que Portugal vive, nesse mesmo período, uma outra mudança mental, possivelmente associada à primeira, que marca a cultura do reino. Nesse mesmo período ocorre no reino uma preocupação simultânea com a ordenação do tempo histórico português.

Inúmeros são os textos que emergem a partir do século XIV e que ganham força com a literatura produzida nos primeiros reinados da Dinastia de Avis e que tentam construir uma temporalidade com características notadamente lusitanas. Uma ampla literatura, marcada pelas primeiras crônicas portuguesas (destacando-se as crônicas de Fernão Lopes ou atribuídas a ele), pela prosa literária dos reis e príncipes de Avis, pelas obras religiosas, etc, demonstra de forma precisa a construção de um tempo histórico voltado diretamente ao reino, onde alguns recortes característicos surgem associando o tempo presente a dois eixos principais: o retorno ao tempo das origens do reino, e o retorno ao tempo bíblico.

Nessa construção temporal o papel da narrativa é fundamental para o estabelecimento de valores e características culturais portuguesas que passam a construir progressivamente um tempo imaginário associado ao tempo presente. Ambos, apoiados em elementos do cotidiano, possivelmente permitiram que o leitor ou ouvinte pudesse, ao identificar tais elementos narrativos, se reconhecer nos mesmos. Tal papel torna-se fundamental em um recorte histórico onde o povo e o reino português buscam se firmar perante os demais povos e reinos ocidentais. Cabe ressaltar que nesse momento uma nova dinastia sobe ao poder e busca de legitimação, tentando superar uma grave crise econômica e política que se instala em Portugal nas últimas décadas da dinastia de Borgonha e permanece nos primeiros reinados da Dinastia de Avis.

Dentro desse contexto histórico, cujo arcabouço mental não é somente político, mas possui causa multifatorial, uma das obras que primeiro mostra esse amplo processo de circularidade narrativa é a *Bíblia Medieval Portuguesa*. Ela associa elementos temporais do presente, com características marcadamente lusitanas, a elementos temporais do passado, produzindo uma estrutura narrativa que se repetirá em inúmeras obras lusitanas subseqüentes.

Por suas características textuais, ela possui em seu conteúdo informações importantes sobre o pensamento e a cultura lusitana do fim do medievo, associando elementos narrativos de ambos os recortes temporais, criando assim uma ponte literária entre o tempo histórico bíblico e os elementos cotidianos presentes por ocasião de sua confecção. São freqüentes as citações de técnicas agrícolas, expressões corriqueiras, elementos morais, animais da fauna portuguesa, etc. inseridas livremente nas narrativas vétero-testamentárias.

Por suas características literárias, a *Bíblia Medieval Portuguesa* faz parte de um conjunto de bíblias medievais escritas em linguagem vulgar, no fim do medievo, em distintos locais da Europa, denominadas *Bíblias romanceadas*. Elas foram escritas originalmente em língua românica, um dos elementos dentre muitos outros que as distinguem da *Vulgata*. Estas, mais próximas das linguagens populares da época, serviram amplamente à divulgação dos textos religiosos nos reinos cristãos. Apresentam como fonte imediata para a sua confecção a obra *História Scholastica*, de Pedro Comestor, escrita no século XII, com base no conteúdo literário da *Vulgata*, associado a textos profanos clássicos, relatos históricos, comentários do autor etc.²

No caso da *Bíblia Medieval Portuguesa*, trata-se de uma obra escrita em português, que se inicia no Gênesis e termina nos martírios de São Pedro e São Paulo. Apresenta conteúdo bastante distinto da *Vulgata*, ausentando-se vinte e oito dos livros originais que compõem o Antigo Testamento, dentre estes os Salmos, Eclesiastes, Provérbios e boa parte dos Livros Dos Profetas, dentre outros.

A organização estrutural dos capítulos é bastante diferenciada da obra original, podendo ocorrer a ausência de alguns fragmentos contidos na *Vulgata*. Do mesmo modo, na *Bíblia Medieval Portuguesa*, muitos textos estão localizados em capítulos diferentes dos livros originais e novas partes, ausentes nas bíblias anteriores, são livremente inseridas dando à obra uma identidade característica.

Os livros são separados em capítulos, sendo que nenhum destes apresenta a separação tradicional em versículos. Alguns capítulos mantêm a ordem original, principalmente os do Gênesis. Vários capítulos são fundidos num capítulo

único; outros foram parcialmente ou totalmente suprimidos. Inserções de outros livros são freqüentes, assim como citações profanas e comentários do próprio autor, tornando a *Bíblia Medieval Portuguesa* uma obra de grande interesse para a análise histórica, já que, nestas particularidades, importantes informações associadas ao recorte temporal de sua confecção são fornecidas para estudo.

Ao analisar o seu conteúdo textual em busca destes elementos que indiquem essa construção temporal característica, a presença de elementos e de expressões do cotidiano português, livremente inseridos nos textos bíblicos, se faz presente nas já primeiras frases do Gênesis. Já no segundo parágrafo, que trata da criação do mundo, o texto, ao fazer referência à condição da Terra logo após a criação dos quatro elementos fundamentais, afirma que a mesma era “vã e vazia, quer dizer, que a feitura do mundo era sem proveito, e sem fruto, e desapostada”.³ Portanto, menciona, com um juízo de valores, que a Terra não era de forma alguma produtiva para o cultivo, estéril e, além disso, desprovida de belezas e enfeites (“desapostada”).

Refere-se, em seguida, que o espírito do Senhor andava sobre as águas e dá a seguinte explicação para o fenômeno: “quer dezer, que a vontade de Deus andava sobre a matéria do mundo, assi como a vontade do mestre, que tem ante si a matéria, de que quer fazer a casa.”⁴ Nessa narrativa o autor utiliza claramente elementos da cultura lusitana da época, comparando Deus com um mestre de obras, que utiliza a matéria prima para a confecção de uma casa. Tal comparação certamente facilitou sobremaneira o entendimento do processo da criação do mundo por parte do leitor ou do ouvinte, tratando o universo com uma construção arquitetônica, elemento familiar ao cotidiano do leitor ou ouvinte.

Em seguida, ao descrever a *Obra do Segundo Dia*, o texto tenta explicar, de modo coerente, a criação do firmamento, no meio das águas. Justifica modo como esse firmamento, localizado sob as águas, permaneceu fixo, ou seja, como uma possível camada densa de água não se precipitou sobre o firmamento e tudo o mais que fosse localizado em seu interior. Diz o relato, de forma didaticamente seqüenciada: “Eno segundo dia fez Deus o firmamento eno meogoo das augas, convem a saber, hua cobertura do mundo feita d’auguas congeladas forte assi como cristal, e luzente, que contem em si totalas cousas sensivijs, assi como a cubertura do ovo.”⁵

Nesse breve relato o autor utiliza inúmeros elementos cotidianos para tentar explicar como, sob uma imensa massa líquida, poderia o céu permanecer fixo, sem que fosse completamente invadido pela água. Primeiro utiliza o próprio elemento natural, a água, em seu formato sólido, congelando-a e a transformando-a à semelhança de um elemento já bem conhecido da cultura da época, o cristal. Em um só raciocínio o autor encontra uma explicação convincente para o aspecto sólido e transparente do firmamento: “hua cobertura do mundo feita d’auguas congeladas forte assi como cristal, e luzente”. E, para explicar o caráter sólido e protetor da abobada celeste, o texto recorre à idéia do firmamento como uma casca de ovo, sólida e separando do meio exterior o seu conteúdo interno. Vale ressaltar a precocidade da imagem do céu como uma estrutura de formato circular, conseqüentemente o seu “conteúdo interno”, a exemplo do ovo, antecipando em muitas décadas a idéia firmada posteriormente de uma terra redonda.

O parágrafo anterior é concluído, também sob forma de uma associação, afirmando que é pelo caráter sólido da cobertura externa do mundo, onde Deus fixou as estrelas, que ela foi designada pelo termo Firmamento: “e hé chamado firmamento, porque he ermo das augas, que estam sobre ele em guisa, que o nom podem traspassar”.⁶ E conclui que o firmamento, formado por água congelada, sólida e translúcida como o cristal, separa em dois planos distintos “as augas que som sô ele, e som assi congeladas, assi como o dicto firmamento assi como cristal”.⁷ A esse firmamento Deus chamou de “ceeo”.

Outro exemplo significativo, ainda no episódio da criação diz respeito à introdução dos seres vivos que Deus criou para habitar a terra. Ao citar a criação das aves e dos peixes, para habitarem o ar e as águas, o texto faz uma

curiosa referência à criação das grandes baleias: “e criou Deus as baleias grandes e toda alma vivente”.⁸ Não se observa no texto bíblico tradicional qualquer referência à criação das baleias. Entretanto, tal inserção mostra a importância que esse animal representava ao imaginário português, quer por suas dimensões físicas, quer por sua ligação aos grandes oceanos, território ainda bastante desconhecido e inexplorado pelos navegadores ocidentais. A presença das baleias nos fabulários e bestiários medievais mostra o papel que tais animais exerciam nos códigos mentais da época a ponto de inserí-los no conteúdo de um livro religioso.

Em seguida, ao descrever a criação dos animais da terra, o texto produz uma categoria própria de animais introduzidos por Deus, na qual demonstra de maneira clara as funções cotidianas de algumas espécies animais, principalmente os animais domésticos e seus respectivos papéis desempenhados dentro da vida portuguesa da época. São referidos os animais mais comuns como bois, ovelhas e asnos e suas oposições aos demais animais. “E entom deu de si a terra tres gerações d’animalhas, convem saber, aquelas, que som pera comer, e pera fazerem os homees suas obras, assi como bois, e ovelhas, e asnos, e outrossi as bestas bravas, e os bichos, e as serpentes da terra.”⁹ Vale ressaltar que dentro das categorias de animais não domésticos, alguns são categorizados como “bestas bravas”, espécies de representação caracteristicamente imaginárias, diferentes, por sua vez, dos “bichos” e das “serpentes da terra”.

O texto volta a se referir à serpente ao descrever a criação do homem e do pecado original, ao comer o fruto proibido. O texto, impregnado de expressões coloquiais, refere-se à serpente como a “mais arteira, que toda animalia da terra” e em seguida insere livremente o personagem Lúcifer na narrativa original. Descreve Lúcifer carregado de atributos e fragilidades caracteristicamente humanas, e que por pura inveja da relação entre Deus e o homem, bem como ao lugar onde o homem foi colocado por Deus, articula com a serpente uma artimanha para o privar de tais privilégios. O texto refere que “Lucifer avia grande emveja ao homem, porque era posto em no paraiso, e trabalhou de catar maneira, per que o fizesse lançar fora”.¹⁰

Quando a artimanha se concretiza, com a ingestão do fruto proibido por Adão e Eva, logo ambos adormecem e quando despertam, sentem pela primeira vez a vergonha de andarem nus. É interessante que a consequência imediata para tal fato foi a percepção, pela primeira vez, da incapacidade de domínio dos órgãos sexuais, referindo-se de maneira direta ao fenômeno involuntário da ereção, sentida imediatamente por Adão ao observar Eva desnuda. “Enton sentirom primeiro o movimento contrairo aa razom enos membros da geeraçom. Entom fezerom vistiduras pequenas de folhas de figueira pera cobrir as partes vergonçosas.”¹¹ Uma vez mais atributos morais e elementos do cotidiano são livremente inseridos no texto bíblico tradicional, revelando aspectos culturais característicos do pensamento lusitano presente na primeira metade do século XIV.

Os mesmos atributos morais associados a práticas cotidianas são observados em relato subsequente do Gênesis, que trata do dilúvio e da narrativa de Noé. Após o episódio da grande enchente, a *Bíblia Medieval Portuguesa* dedica o Capítulo XXX à conduta de Noé ao se alcoolizar com vinho e se desnudar perante seus filhos. O Título é sugestivo e aponta para o valor moral da narrativa: ‘Como se embevedou Noe’. Cita o texto que “Começou Noe de lavrar a terra, e chantou vinha d’uvas lavruscas, e fez delas vinho, e bebeu dele, e embevedou-se, non sabendo a força do vinho, e dormeceu, e descubriu-se e ficou nuu;”¹² É possível notar, além da conduta de Noé, elementos significativos para a análise do cotidiano português daquele período. Nota-se a presença da prática de lavragem da terra para o plantio das uvas, incluindo informações sobre a espécie de uva. É possível notar que o plantio das uvas *Labruscas*, espécie tradicionalmente cultivada naquela região do mediterrâneo, e conhecida pelo tradicional vinho homônimo, já era prática comum naquele período.

Do mesmo modo, o fato de Noé ter se desnudado, por força da libação alcoólica, torna-se um grave distúrbio de conduta social, fato marcadamente ressaltado na narrativa da *Bíblia Medieval Portuguesa*. Sua sequência demonstra de

modo significativo tal conduta e seus possíveis desdobramentos sociais. “Quando seu filho Chan viu seu padre desnudo enas partes vergonçosas, começou d’escarnecer dele, e mostrou-o a seus irmãos, mas eles posserom-lhe o manto sô os ombros, e tornaram-se por detrás, que non o vissem, e cubrirom as partes vergonçosas de seu padre.”¹³ É clara a diversidade de conduta ao presenciar alguém bêbado e desnudo, seguindo o caminho do escárnio ou da piedade frente à fragilidade social que a situação impunha. Ao associar a narrativa ao período da confecção da obra, é possível concluir que tais condutas certamente representam elementos e valores sociais lusitanos da época. Tal fato será bastante explorado nas obras de cunho moral, as quais irão emergir de forma expressiva, algumas décadas depois da confecção da *Bíblia Medieval Portuguesa*, na chamada *Prosa de Avis*, elaborada principalmente pelos reis e príncipes de Avis.

Nesse aspecto, a *Bíblia Medieval Portuguesa* representa um marco na elaboração de uma literatura caracteristicamente lusitana, onde elementos do presente são frequentemente associados às narrativas do passado, produzindo uma temporalidade característica. Nela, a fusão de tais elementos cria, em um plano cultural, noções características de um imaginário lusitano e que conferem às narrativas passadas idéias de continuidades e de permanências.

NOTAS

¹ Elementos para a história do Município de Lisboa, ed. de Eduardo Freire de Oliveira, tomo v, Lisboa 1889, pp. 190-191, nota 1. Citado por OLIVEIRA MARQUES, A.H. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa, Ed. Presença, 1987, p.66.

² MEGALE, Heitor, Introdução ao Pentateuco da Bíblia Medieval Portuguesa. In: *O Pentateuco da Bíblia Medieval Portuguesa*. São Paulo, Imago/EDUC, 1992, p. 11.

³ *O Pentateuco da Bíblia Medieval Portuguesa*. São Paulo, Imago/EDUC, 1992, p. 29.

⁴ *Ibidem*.

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Ibidem*, p. 30.

⁹ *Ibidem*, p. 31.

¹⁰ *Ibidem*, p. 33.

¹¹ *Ibidem*, p. 34.

¹² *Ibidem*, pp. 39-40.

¹³ *Ibidem*, p. 40.